



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS
HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS



EWERLEN FABÍOLA BRITO AFONSO GOMES

**A INFLUÊNCIA DO GUARANI NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA
COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA APRENDIZES DE FRONTEIRA:
ENTRE LÍNGUAS E CULTURAS**

JARDIM-MS

2020

EWERLEN FABÍOLA BRITO AFONSO GOMES

A INFLUÊNCIA DO GUARANI NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA
COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA APRENDIZES DE FRONTEIRA:
ENTRE LÍNGUAS E CULTURAS

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras Habilitação Português-Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Bruno Forgiarini de Quadros.

JARDIM-MS

2020

EWERLEN FABÍOLA BRITO AFONSO GOMES

**A INFLUÊNCIA DO GUARANI NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA
COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA APRENDIZES DE FRONTEIRA:
ENTRE LÍNGUAS E CULTURAS**

Aprovada em ____/____/2020.

BANCA EXAMINADORA

**Professor Doutor Gerson Bruno Forgiarini de Quadros
Orientador**

**Professor Doutor Anailton de Souza Gama
1º Examinador**

**Professor Doutor Norival Bottos Junior
2º Examinador**

FICHA CATALOGRÁFICA

GOMES, Ewerlen Fabíola Brito Afonso.

A influência do Guarani na aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua para aprendizes de fronteira: entre línguas e culturas/ Ewerlen Fabíola Brito Afonso Gomes. Jardim: UEMS, 2020.

Monografia (Graduação) – Letras Habilitação Português/Inglês – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade Universitária Jardim.

Orientador: Professor Doutor Gerson Bruno Forgiarini de Quadros.

1. Língua Portuguesa; 2. Fronteira; 3. Indígenas; 4. Guarani; 5. Aprendizagem.

EPIGRAFE

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender por que as reivindicações hierárquicas de originalidade ou “pureza” inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos à instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo. (BHABHA, 2007, p.67)

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao meu esposo, pelo apoio e dedicação em meus momentos de estudo; ao meu filho pela compreensão quanto à minha ausência durante a realização do curso e a minha mãe por seu apoio incondicional durante todo este percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus primeiramente, por se fazer presente em todos os momentos da minha jornada acadêmica;

A senhora Ivone de Oliveira Brito Afonso, amada mãe e amiga que sempre instigou o meu sucesso pessoal e profissional, me ensinando valores éticos e morais que me constituirão até o fim de meus dias;

Ao meu amado esposo Afonso Gomes Júnior por seu apoio, dedicação e companheirismo durante a realização do meu curso;

Ao meu filho Rhenzo Watson Brito por compreender minha ausência nos momentos em que estive fora de meu lar, inclusive, nos momentos de estágio, sempre me recebendo de braços abertos e sorriso no rosto, se tornando amor incondicional em minha vida.

Agradeço ainda a instituição de ensino superior UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por me proporcionar momentos de reflexão sobre a prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem, bem como, sou grata aos professores da Universidade, os quais se tornaram para mim fontes de respeito e admiração.

Ademais, agradeço ao meu orientador Gerson Bruno Forgiarini de Quadros, por direcionar meus momentos de estudo e reflexão durante a realização desta pesquisa, inclusive, me instigando, corrigindo e apoiando durante as etapas de leitura, análise e escrita, contribuindo com minha formação integral para a vida, o trabalho, em prol da sociedade.

Por fim, gratidão aos meus amigos de Curso, com os quais compartilhei momentos de interação, estudos, dúvidas, incertezas, alegrias e companheirismo, na certeza de concluirmos com êxito nosso curso.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Partindo do pressuposto de que pesquisar uma língua é também resgatar a cultura do povo que a utiliza como instrumento de comunicação, o estudo de inter-relações linguísticas em territórios fronteiriços propicia análises que podem deixar transparecer elementos significativos da história e da convivência de determinados grupos sociais. À vista disso, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, a influência do Guarani falado por indígenas em região de fronteira sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda Língua. A escolha da temática se justifica a partir de observações, durante o Estágio Supervisionado em que notei peculiaridades no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa pelos estudantes/falantes do Guarani. Bem como a interferência sintática e fonológica que ocorre nesse desenvolvimento. Metodologicamente, a pesquisa, de caráter qualitativo, ampara-se na leitura e estudos em trabalhos publicados que apresentam temas associados, levando em consideração o recorte temporal entre 2007 a 2019, buscando descrever os conflitos e os desafios que emergem do processo de aprendizagem da Língua Portuguesa em regiões de fronteira. Como aporte teórico, os estudiosos Parot (1978); Krashen (1982); BhaBha (2007); Mota (2008); Azambuja (2008); Fernandes (2013); Martins (2018); dentre outros, que complementam as teorias para elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Fronteira; Indígenas; Guarani; Aprendizagem.

ABSTRACT

Based on the assumption that, researching a language is also rescuing the culture of the people who use it as a communication tool, the study of linguistic interrelationships in border territories provides analyzes that can reveal significant elements of the history and coexistence of certain groups social. In view of this, this Course Conclusion Work aims to analyze, through bibliographic research, the influence of Guarani spoken by indigenous people in the border region on the learning of Portuguese as a second language. The choice of the theme is justified based on observations, during the Supervised Internship in which, I noticed peculiarities in the process of learning the Portuguese Language by students / speakers of Guarani; as well as the syntactic and phonological interference that occurs in this development. Methodologically, the research, of a qualitative character, is supported by reading and studies in published works that present associated themes; taking into account the time frame between 2007 to 2019; seeking to describe the conflicts and challenges that emerge from the process of learning the Portuguese language in border regions. As a theoretical contribution, the scholars Parot (1978); Krashen (1982); BhaBha (2007); Mota (2008); Azambuja (2008); Fernandes (2013); Martins (2018); among others, they complement the theories for the elaboration of this work.

Keywords: Portuguese language; Border; Indigenous people; Guarani; Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1 Fronteira(s) – Língua(s) – Socialização.....	14
1.2 Teorias de Aquisição da Linguagem: breve contextualização.....	19
1.3 Outras Questões Sobre a Noção de Aquisição.....	21
1.4 Políticas Linguísticas em Região de Fronteira.....	22
1.5 Interferência Linguística – Multi/Bilinguismos em Regiões Fronteiriças.....	23
2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	26
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	26
3. ANÁLISE DOS DADOS.....	27
3.1 Categoria 1 – Línguas em Contato e Políticas Linguísticas: Aprendizagem da língua Portuguesa por Estudantes Paraguaios.....	27
3.2 Categoria 2 – Questões Linguísticas e Fonológicas: entre o Português e o Guarani.....	32
3.3 Categoria 3 – Preservação das Línguas de Fronteira: entre o passado e o presente.....	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
5. REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

As relações linguísticas estabelecidas em regiões de fronteira têm sido alvo de muitas pesquisas em âmbito acadêmico, ora considerando as representações de linguagens manifestadas neste espaço, ora considerando aspectos fonético-fonológicos das línguas em contato. Neste contexto, culturas diferentes se entrecruzam pela necessidade de interação social entre os indivíduos que, com o passar do tempo, aprendem a conviver com o multiculturalismo.

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso, doravante TCC, tem como finalidade apresentar algumas considerações existentes na relação processual de aprendizagem e uso da Língua Portuguesa, por parte dos alunos falantes do Guarani, que estudam em instituições brasileiras na divisa entre Bela Vista-Brasil e Bella Vista Norte-Paraguai.

O objetivo principal é analisar, mediante pesquisa bibliográfica, a influência do Guarani falado por estudantes na região de fronteira sobre o viés da aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua considerando mormente, o aspecto cultural. Sobre isso, é preciso atribuir algumas notoriedades que objetivam identificar a razão da rejeição por parte dos estudantes/falantes do Guarani em relação a sua própria língua e o não reconhecimento por parte das instituições escolares, no que se refere ao ensino/aprendizagem das línguas fronteiriças.

No que se refere à elaboração metodológica, esta se dará através de exames em materiais publicados condizentes com a linha de pesquisa; seleção de conteúdo; análises e desenvolvimento do TCC. As principais referências teóricas se apoiam em Sturza (2006) Azambuja (2008); Fernandes (2013); Martins (2018); entre outros, os quais apresentam conceitos importantes acerca do processo de aquisição de uma segunda língua.

Como problemáticas a serem respondidas no decorrer deste TCC, faz-se os seguintes questionamentos: Quais são os fatores positivos e negativos apontados nas pesquisas científicas que incidem diretamente na aprendizagem de uma segunda língua? Quais as interferências da língua estrangeira materna no aprendiz de Língua Portuguesa por estudantes residentes em regiões de fronteira com o Brasil?

Para tal, a estruturação do trabalho segue: em um primeiro momento com apresentação da base teórica com fundamentos na teoria de aquisição de linguagem. E

seguida, pressupostos metodológicos. Os quais este estudo será norteados no que se refere às peculiaridades da pesquisa consonância com os objetivos propostos.

Logo, é apresentado o percurso teórico selecionado para tal pesquisa. E por fim são tecidas as considerações finais acerca da pesquisa.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As teorias que embasam o presente estudo buscam delinear conceitos pertinentes à consolidação da pesquisa que abordam a influência do Guarani sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa e requerem considerarmos as definições de bilinguismo, aquisição de linguagem, processo de ensino e aprendizagem de uma segunda língua, dentre outros.

Os itens estão sequenciados por: Fronteira(s) e Língua(s) – Socialização; depois o texto faz uma breve contextualização das Teorias de Aquisição da Linguagem; no item seguinte destaca considerações a respeito das Políticas Linguísticas em Região de Fronteira e por último este capítulo inicial faz Interferência Linguística – Multi/Bilinguismos em Regiões Fronteiriças.

1.1 Fronteira(s) e Língua(s) - Socialização

As línguas em regiões de fronteira são enunciadas mediante uma política que as conceitua, organiza e distribui. No que se refere à Língua Portuguesa e ao Guarani, acentua-se o contexto social, construído em torno destas línguas considerando que os usuários/falantes veem a Língua Portuguesa como objeto de prestígio e inclusão social.

Segundo Sturza (2006, p. 19) a narrativa histórica das línguas praticadas nos territórios fronteirais brasileiros deve ser analisada a partir de duas perspectivas essenciais: a primeira, “que as nossas fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um velho par de línguas, com um contato histórico e genealógico muito estreito, que é o do português-espanhol”; por conseguinte, a segunda, “que a história de contato dessas línguas, na América, é compartilhada pela história de outras línguas com quais convivem e/ou entram em conflito” (*Idem*, p. 20). Tais perspectivas são fortalecidas pela maneira como nossas fronteiras políticas se constituíram historicamente.

Nesse contexto, o Brasil é um país que tem contato com mais de duzentas línguas indígenas, especialmente considerando as regiões de fronteira com o Paraguai, sendo este um terreno propício para a investigação científica no campo linguístico onde o próprio conceito de fronteira deve ser reiterado, não enquanto divisa fixa, mas viva e em movimento, conforme Azambuja (2008, p. 57)

As fronteiras vivas constituem zonas onde o contato entre povos diferentes é intenso, onde uma grande soma de interesses perfeitamente definidos e de forças divergentes se defrontam, em concorrência e oposição surda ou em luta aberta, como acontece durante as guerras. Podem variar, pois não há fronteiras imutáveis.

Portanto, constituindo as fronteiras como localidades sociais, sendo que nestas convivem diferentes etnias, “o contato linguístico é uma consequência inevitável e a situação das práticas linguísticas nessas regiões, de um modo geral, é um campo pouco explorado pela linguística brasileira”, complementa Azambuja (2008, p. 58). Isto retrata que o número de trabalhos linguísticos que possam, principalmente, mapear a situação das línguas de fronteira ainda é escasso.

Contudo, esse quadro precisa ser alterado, haja vista que a afirmativa é verdadeira de que a fronteira é um espaço culturalmente rico, já que as línguas estão mais do que em contato e que nesse entrecruzamento elas se significam, o que revela um espaço de enunciação heterogêneo e diversificado. E o conceito de diversidade linguística, cultural, de significados, dentre outros aspectos representa a ideia de que, diante do fato de as fronteiras geopolíticas entre o Brasil e demais países da América do Sul serem abertas, estas compõem-se de apenas uma linha imaginária que as separam.

Sobre a inserção das complexas relações de poder, as fronteiras demarcam os interesses sociais, políticos, econômicos do Estado mais forte, influenciando diretamente os indivíduos a partir dos valores simbólicos que os representam, dentre eles, a língua. Então, os limites linguísticos e culturais constituem-se enquanto espaço de trocas, de aceitação e refutação da cultura e da língua do outro, abrindo espaço para o bilinguismo. E essas situações de bilinguismo fronteiriço, de acordo com Oliveira e Morello (2019, p. 62):

[...] estão atreladas às dinâmicas e práticas cotidianas, quase sempre orais. Embora represente conhecimento adquirido, nem sempre os falantes percebem e valorizam esse seu conhecimento. Dependendo do contexto, falar a língua do outro pode ser compreendido como um gesto de submissão e fraqueza, ou então pode implicar em julgamentos do tipo não-saber ou saber mal a língua, bloqueando seus usos.

Podemos ressaltar que, na citação supramencionada, os autores pontuam a noção de fronteira como algo culturalmente dinâmico, porém, complexo. E que por mais que haja esforço e/ou necessidade em se estabelecer relacionamentos entre si, dependendo da situação, pode haver um conflito, que um indivíduo ou outro, passe preferir não usar ou aprender a língua do país vizinho.

Registremos ainda que a integralidade e a mistura cultural existente em divisões territoriais entre nações caracteriza-se pelo fato de a fronteira ser multicultural e Carvalho (2006, p. 52) defende que esta é um instrumento de separação e união. Logo: “Como limite, demarca a abrangência de territórios ao mesmo tempo em que é um espaço através do qual se dão as interações entre populações diversas”.

Assim sendo, nessa interatividade entre os povos, os fatores que participam da amálgama entre fronteira-língua-cultura denotam um fato que Garcia (2002, p. 70) descreveu sobre Ismael Coutinho¹ (1976, p. 13) que define como gramática histórica e a conceitua “como a ciência que estuda os fatos de uma língua entre povos, no seu desenvolvimento sucessivo desde a origem até a época atual”. E que, Coutinho foi um dos linguistas favoráveis aos estudos em torno dos termos *Substrato*, *Superstrato* e *Adstrato*.

Garcia (2002, p. 71) esclarece também que a maioria dos linguistas utilizam diferentes definições para tais termos, variando suas concepções. Porém, num conceito objetivo, entre outras indicações, o autor interpreta através do glossário de Mattoso Câmara Junior (1981, p. 227-230) - Dicionário de Linguística e Gramática - sua própria definição para os termos:

Substrato – é o nome que se dá à língua de um povo que é abandonada em proveito de outra que a ela se impõe, geralmente como consequência de uma conquista política;
 Superstrato – nome dado à língua de um povo conquistador, que a abandona para adotar a língua do povo vencido;
 Adstrato – toda língua que vigora ao lado de outra (bilinguismo), num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos.

Estes fenômenos linguísticos ainda estão muito presentes nos dias atuais. Já que podemos perceber que quando uma língua substrata sofre influência considerável em relação ao poder que a superstrata causa sobre ela, ocorre a identificação e o fortalecimento do idioma que exerce maior autoridade.

E em relação a isso e sobre as fronteiras brasileiras, Fernandes (2013, p. 11) explica que, dada à valorização da Língua Portuguesa, enquanto língua de prestígio, reconhecida socialmente, frisa-se que muitos estudantes paraguaios são instigados nas escolas que frequentam, a aprenderem a Língua Portuguesa, deixando de lado o Guarani.

¹ Ismael de Lima Coutinho foi um grande estudioso do grego, do latim e da língua portuguesa, sendo professor dessas línguas desde muito jovem até a sua morte. A obra Gramática Histórica, inicialmente, foi lançada em fascículo com o nome de Pontos de Gramática Histórica, em 1938. [www.revista.ueg.br > index.php > mediacao > article > view](http://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view)

A autora destaca ainda que os alunos vindos do lado paraguaio chegavam à escola, “muitas vezes falando apenas o Guarani como língua materna e esses alunos eram incentivados a deixar de falar sua língua para aprender a falar o Português brasileiro e assim serem alfabetizados”. (FERNANDES, 2013, p. 12)

Todavia, é muito importante mencionar a afirmação de Oliveira e Morello (2019, p. 56) de que o Soft Power ² do Estado Brasileiro está atuando efetivamente no cotidiano das fronteiras; se manifestando fortemente na geração e recriação das identificações com as quais os brasileiros circulam, ou seja, nas convicções que são aplicadas, inclusive práticas linguísticas, que estas produzem.

Oliveira e Morello, (2019, p. 56) reforçam que uma das concepções mais vigorosas do Soft Power brasileiro é a ideia de que brasileiro fala português, e mais do que isso: só português. Enquanto os paraguaios têm que aprender português para trabalhar no comércio de fronteira brasileira, como acontece aqui em Mato Grosso do Sul, por exemplo. Mas muitos brasileiros acham natural passar para outro país e continuar falando português.

Relativo a isso, os autores atribuem que:

A ideia de que faz parte da identidade nacional falar português e somente português, foi herdada pelo Brasil dos modos de construção do Estado português, do qual o Estado brasileiro é uma transposição para outra base geográfica: um nacionalismo linguístico que marcava a fronteira em relação a tudo o que era hispânico, por exemplo, e ajudava o pequeno retângulo que é Portugal a se posicionar frente à sua vizinha mais poderosa, a Espanha. (OLIVEIRA; MORELLO; 2019, p. 56)

Nesse caso, faz-se necessário continuar as pesquisas, as investigações, bem como as análises e mais estudos, referentes ao fato de os brasileiros falarem menos o Espanhol e outras línguas de fronteira, como o Guarani.

No tocante à fronteira entre Bela Vista-Brasil-BR e Bella Norte-Paraguai-PY, explica-se que, a primeira cidade localiza-se no Estado de Mato Grosso do Sul – MS, faz parte de uma região do Brasil e está localizada a Sudoeste do MS, a 360km da capital estadual, Campo Grande. A segunda, Bella Vista Norte é um distrito do Paraguai, departamento de Amambay, distante a 469 km de Assunção, capital do país. E ambas convivem entre si em troca de culturas.

² O Soft Power, que traduzido do inglês significa poder suave, é um termo novo em Relações Internacionais. O termo foi cunhado pelo célebre pensador Joseph Nye da Universidade Harvard. Nye argumenta que existe um parâmetro ou mesmo teoria perceptível dentro das Relações Internacionais, que demonstra que há um poder suave (Soft Power em contraste ao Hard Power – poder duro ou potência coercitiva), que é caracterizado por elementos como mídia e cultura.

Nesta fronteira em específico, Bela Vista-BR/Bella Vista Norte-PY, digo que existe uma proximidade entre as línguas diferentes, que geram um contexto de fronteira, não diferente de outros, que é o resultado do surgimento de línguas híbridas. Por isso, é necessário o direcionamento de olhares para essas línguas na perspectiva de estudos plurais e não homogêneos tendo em vista que, observa-se que o português falado pelos designados brasiguaios, carece de atenção particular.

De acordo com Martins (2018, p. 24-25) a República do Paraguai é considerada um país oficialmente bilíngue, assumindo como línguas oficiais o Espanhol e o Guaraní. No entanto, as questões linguísticas, em especial nos contextos de fronteira entre os dois países, como é o caso de Bela Vista-BR e Bella Vista do Norte-PY, nem sempre foram tratados de maneira harmoniosa, porém, não entraremos neste assunto, já que é possível que seja a política linguística que trata desta questão e esse não é o foco do nosso trabalho.

Por conseguinte, de acordo com Vieira (2014, p. 29) e Barros (2015, p. 12), além da Constituição de 1992 - Constituição Nacional Paraguaia - no ano de 1993 aconteceu a Reforma Educacional, que estabeleceu efetivamente a língua Guaraní no Currículo das escolas do ensino básico, além de instituí-lo como disciplina obrigatória dentro do currículo escolar. Nesse sentido, a capacitação de docentes naquela nova disciplina dentro da grade curricular da escola aconteceu por meio de criação de um Curso Superior para habilitá-los a atuar na área.

Ao corroborar com o Artigo 73 da Constituição de 1992 - Constituição Nacional Paraguaia nota-se que mesmo com a oferta de capacitações para os docentes ou a garantia da manutenção do direito à educação integral a todo paraguaio, infelizmente o acesso à escola não é para maioria. A justificativa para tal caso é diversa como, por exemplo, o fato de o paraguaio começar a trabalhar desde muito cedo com o objetivo de custear as despesas domiciliares.

Situação que, para Martins (2018, p. 26), “o não acesso à escola ou a evasão do estudante paraguaio acontece, na maioria das vezes, por questões sociais e econômicas, uma vez que mesmo sendo públicas, algumas instituições cobram mensalidades” e ainda, “uso obrigatório de uniforme, além dos materiais escolares que são de responsabilidade da família que, em sua maioria, não têm condições financeiras”.

Vieira (2014, p. 30) registra e chama a atenção para o fato de que a imigração de alunos de Bela Vista-BR a Bella Vista do Norte-PY ou vice-versa é uma temática pertinente, pelo menos do ponto de vista social, visto que, envolve dois sistemas educacionais - brasileiro e paraguaio - numa região de fronteira entre dois países. Além disso, evidencia que é

[...] fundamental lembrar que, neste contato social, linguístico, cultural e dentre outros, ambos os países absorvem as influências culturais em que brasileiros e paraguaios adicionam seus costumes para a formação de uma nova cultura heterogênea e viva presente na sociedade bela-vistense. Nota-se, portanto, que a mistura dessas culturas faz com que o sujeito fronteiriço seja considerado dinâmico, composto por identidades múltiplas, provisórias e fragmentadas.

Então, nesse sentido, tais identificações são estabelecidas através da história e modificadas constantemente em relação às maneiras com as quais são caracterizadas ou repreendidas nos sistemas culturais que as envolvem.

Logo, certificamos que “a fronteira é assim mesmo - imaginária e real”. (STURZA, 2006, p. 32). Levando em consideração a conjuntura de seu funcionamento discursivo, esta “se constitui de dois mundos: o visível e o invisível. Ela funciona pelas possibilidades de interpretação que não estão, por exemplo, significadas por esse real”. (*Idem*) A fronteira provoca efeitos que se constituem no que é perceptível e também nos outros sentidos que muitas vezes não são tão evidentes.

Desse modo, as divisões territoriais são constituídas por duplicidades de sentidos em princípio antagônicos já que nas fronteiras o espaço de enunciação das línguas é outro. Esses sentidos podem ser considerados de duas formas, conforme Sturza (2006, p. 33): “na própria língua, quando o falante enuncia suas práticas linguísticas, sejam elas as línguas nacionais que domina, sejam os dialetos que pratica”: ou mesmo e “sobre as línguas, quando tomam existência e sentido, segundo a perspectiva de quem produz conhecimento sobre as ‘línguas em contato’, nas zonas de fronteira”.

As considerações acerca desse item inicial, sucintamente circundaram-se em torno de algumas questões teóricas sobre Fronteira(s) e Língua(s) e também apontou citações reflexivas sobre a localidade fronteiriça em questão. Na sequência, no próximo item se fará uma breve contextualização das Teorias de Aquisição da Linguagem.

1.2 Teorias de Aquisição da Linguagem: breve contextualização

De maneira geral, os estudos sobre a aquisição de uma segunda língua têm maior repercussão, enquanto disciplina intelectual, a partir da década de 1960, devido a inúmeros estudos sobre a aquisição da língua materna e aquisição de uma segunda língua.

Contudo, entre as décadas de 1940 e 1950, marcos decisivos podem ser observados no intuito de estimular pesquisas e estudos sobre o processo de aquisição da linguagem,

dentre eles, o interesse dos Estados Unidos pela aprendizagem de línguas, durante a Segunda Guerra Mundial, devido à necessidade de se comunicar com os aliados.

Nesta época (1940-1950), o governo financiou pesquisas de linguistas, tais como Leonard Bloomfield e Charles Fries tendo por meta desenvolver cursos de Línguas específicos. De acordo com Mota (2008, p. 07), “esse interesse foi provocado pela necessidade de se conhecer modos efetivos, por parte dos serviços secretos de inteligência, de desenvolvimento de habilidades em segunda língua para a comunicação com aliados e para o controle de inimigos”.

A partir de então surgiu a escola linguística estruturalista americana que se baseava em métodos descritivos para abordar a linguagem por meio de coleta de dados e análise linguística. Por fim, a teoria behaviorista passou a conceber a aquisição da linguagem pelo viés comportamentalista, resultante de condicionamentos como a associação, repetição e memorização de estruturas linguísticas.

Na Literatura atual há diversos estudos e pesquisas, as quais abordam a maneira como um determinado indivíduo aprende uma Língua seja esta materna ou estrangeira destacando, neste contexto, a teoria Inatista e Cognitivista. Parot (1978, p. 117) tece algumas considerações acerca destas teorias apontando a forma como cada autor concebe a aquisição da linguagem:

Chomsky combate as posições empiristas dos psicólogos. Contra a tábua rasa ele postula que a criança vem ao mundo com capacidades – verbais em particular – já programadas. Para Piaget é a evolução cognitiva que determina a evolução da linguagem. Skinner considera que, como para todo comportamento, é o condicionamento operante que pode ter um papel importante: em presença de um certo estímulo (referência – objeto), o indivíduo emite uma certa resposta (uma palavra) que o ambiente reforça ou não.

Em oposição ao Behaviorismo, Noam Chomsky, baseado em uma postura inatista destaca que a linguagem resulta de uma espécie de dotação genética intrínseca ao indivíduo desde seu nascimento. Para o referido autor, não há uma relação direta entre a linguagem e outros sistemas cognitivos tais com a percepção, a memória e a inteligência visto que o desenvolvimento da Gramática Universal não depende necessariamente de outros módulos cognitivos ou interação social.

Refletir sobre a aquisição de linguagem, sobretudo no que se refere à aprendizagem de uma segunda língua, como é o caso da Língua Portuguesa por estudantes paraguaios, implica em considerarmos a diversidade de teorias que permeiam este processo.

Estudiosos contemporâneos, entretanto, fazem uma distinção entre os conceitos de (1) aquisição e (2) aprendizagem de uma língua, tal qual evidencia Krashen (1982, p. 86) ao pontuar que, a primeira forma (1) é “um processo semelhante, senão idêntico, ao modo como as crianças desenvolvem a habilidade em sua primeira língua - aquisição da linguagem é um processo subconsciente; os adquirentes da língua geralmente não estão cientes do fato de que estão adquirindo a linguagem, mas estão apenas cientes do fato de que a estão usando para se comunicar.

A segunda forma, continua Krashen (1982, p. 87), de desenvolver competência em uma segunda língua é *aprendendo* uma língua. E este termo ‘aprender’, é utilizado para referenciar-se aos conhecimentos conscientes de uma segunda língua; conhecer as regras; estar ciente delas e ser capaz de falar sobre elas.

1.3 Outras Questões Sobre a Noção de Aquisição

Para Krashen (1982, p. 88), a (1) configura-se como um processo involuntário a partir do qual a língua é internalizada, sem o conhecimento consciente das regras gramaticais. Já a (2) resulta de um processo consciente, no qual o sujeito reconhece e explica as regras gramaticais da língua em estudo. Pautada no método comunicativo, a autora destaca que somente a língua materna pode ser adquirida, as demais são aprendidas.

Inevitavelmente, a língua materna é assimilada pelo sujeito sem que, necessariamente, este sujeito conheça a estrutura gramatical do idioma em questão. As demais línguas, contudo, são aprendidas em ambientes formais de ensino.

Quanto ao processo de ensino e aprendizagem, Krashen destaca que as estratégias e metodologias de ensino devem ser direcionadas de forma o mais consciente possível, considerando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e metacognitivas dos aprendizes, em consonância com pesquisas com os aprendizes, no intuito de compreender sobre a língua e as estruturas sintáticas que a formam.

De modo bem sucinto, Melman (1992, p. 15) argumenta que “Saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca”.

Sella *et al* (2018, p. 3172) argumenta que “os falantes, de forma distinta, a depender de como ocorre o fluxo de deslocamento de um país para outro, aprendem a conviver com a

multiculturalidade e com conflitos e assentimentos decorrentes desse convívio”, sejam eles decorrentes das crises identitárias ou questões de preconceito linguístico.

Em suma, a língua materna é aquela com a qual temos familiaridade, nos constituindo enquanto sujeito desde o nascimento ao representar nossas crenças, valores e contradições. Já a língua que conhecemos é aquela que aprendemos nos estabelecimentos oficiais, com a qual temos compreensão a partir da primeira língua, visando estabelecer a comunicação.

Embora sob enfoques diferentes, estes autores enfatizam a impossibilidade de as línguas estrangeiras serem assimiladas pelos indivíduos tal qual a língua materna, destacando a necessidade de uma aprendizagem consciente destas línguas, pautada em metodologias de ensino diversificadas e políticas linguísticas significativas em região de fronteira.

1.4 Políticas Linguísticas em Região de Fronteira

A depender do aporte teórico adotado, o conceito de Política Linguística pode ser compreendido de diferentes formas. Em consonância com Torquato (2010, p. 02), destacamos que o conceito de Política Linguística englobando o planejamento linguístico surgiu na década de 1960, no campo da Sociolinguística, considerando estudiosos das áreas da Antropologia, da Sociologia e da Linguística, os quais abordavam em seus estudos algumas temáticas comuns associadas aos aspectos sociais e culturais da linguagem.

Desde então, uma série de estudos têm abordado o conceito de Política Linguística sem, contudo, ter uma precisão acerca de sua definição. E em uma discussão mais atual, Oliveira pondera em consonância com Calvet que, em geral, a discussão sobre Política Linguística tem se desenvolvido em países nos quais mais de uma língua encontra-se em circulação, envolvendo discussões sobre Bilinguismo, Línguas em Contato, relação entre dialetos e língua standard, entre outros (CALVET, 2007 apud OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2007) afirma que tal visão sobre a Política Linguística implica em considerar seu planejamento, isto é, sua aplicação mediante uma abordagem científica das situações de uso da linguagem, extrapolando as questões meramente Políticas do Estado e levando-se em conta os usuários da língua, seus valores e cultura. Rajagopalan (2004, p. 135) faz uma clara distinção entre a Linguística e Política Linguística ao destacar que:

A primeira sempre fez questão de frisar o caráter descritivo de suas investigações, enquanto que a segunda é escancaradamente prescritiva e interventora. A primeira concentra seus esforços quase exclusivamente no oral, ao passo que a segunda se dirige à escrita, reconhecendo que qualquer repercussão na forma oral da língua ocorre como consequência.

Para o autor, trata-se de duas coisas distintas: a Linguística e a Política Linguística. Para Rajagopalan, a Política Linguística é uma atividade na qual todos os cidadãos têm o direito de participar, de serem ouvidos, independentes de quão diferentes sejam suas opiniões. Nas palavras do autor,

[...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas e interesse público relativo às línguas que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21)

Destaca-se que, na visão do autor, a Política Linguística passa, primeiramente, pela esfera política, considerando esta como o meio pelo qual as leis e as mudanças linguísticas são pensadas, elaboradas e aplicadas. Calvet (2002, p. 145) sintetiza o conceito de Política Linguística como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, o planejamento linguístico: a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”. Em regiões de fronteira, a necessidade de implantação de políticas linguísticas voltadas ao multi/bilinguismo torna-se mais latente, ao considerarmos a diversidade linguística e cultural que permeia os estabelecimentos de ensino.

É comum em regiões fronteiriças, a realidade multilíngue ser suprimida por práticas pautadas no falar apenas uma língua, principalmente, quando se trata de línguas consideradas de menor prestígio social. A implantação de políticas linguísticas voltadas ao multi/plurilinguismo, à valorização das diferentes línguas e culturas no ambiente escolar pode desconstruir tal visão, abrindo espaço ao diálogo e à valorização do outro.

1.5 Interferência Linguística – Multi/Bilinguismos em Regiões Fronteiriças

Interessa, portanto, compreender como se dá a interferência da Língua Materna Guarani sobre a aprendizagem de uma segunda língua, especificamente, no contexto desta pesquisa, a variante padrão de Língua Portuguesa. Trata-se de refletir sobre as interferências da língua falada na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Ademais, há de se considerar a importância do papel do professor em relação à aprendizagem de uma segunda língua, tendo em vista que este deve levar em conta a cultura presente no ambiente escolar, bem como, as situações de bilinguismo que permeiam o cotidiano do estudante, associando tal contexto ao currículo escolar.

Embora os discursos presentes no contexto educacional pautem-se em uma visão de ensino bilíngue, muitas vezes tal assertiva não se estende além da teoria, tendo em vista a falta de adequação do currículo à realidade dos educandos, a falta de preparação dos professores, a necessidade de metodologias ativas, entre outros.

O próprio conceito de bilinguismo, conforme aponta Zimmer & Finger (2008, p. 03), apresenta configurações diversas a depender “das dimensões linguísticas, cognitivas, sociais e de desenvolvimento que são consideradas como foco de atenção”. Neste contexto, não há uma definição precisa do termo.

Todavia, em linhas gerais, as autoras destacam que:

[...] poderemos compreender o bilinguismo como a habilidade de usar duas línguas, e o multilinguismo como a habilidade de usar mais do que duas línguas. Essa definição, calcada no uso, implica uma visão dos (bi) multilíngues como pessoas com diferentes graus de competência nas línguas que usam. Assim, os bilíngues e multilíngues podem ter mais ou menos fluência numa língua do que em outra; podem ter desempenhos diferentes nas línguas em função do contexto de uso e do propósito comunicativo, entre outros motivos. (ZIMMER & FINGER, 2008, p. 05).

Tais conceitos são pertinentes, especialmente ao considerarmos o contexto que envolve as regiões de fronteiras, permeadas por dois ou três idiomas, simultaneamente. No que se refere às instituições escolares, tal diversidade é evidenciada pelo público que as frequentam, sendo estes alunos denominados de “paraguaios”, “Brasiguaios³” e “brasileiros.

Dalinghaus & Pereira (2008, p. 872) esclarecem que “certamente nesta ‘arena’ o que mais dificulta a tarefa do professor é a heterogeneidade e a falta de uma política, principalmente linguística adequada aos contextos de fronteira”. Neste íterim, as realidades as quais evidenciam a presença de línguas em contato são pertinentes para compreendermos os encaminhamentos a serem feitos pelos docentes, em consonância com a cultura e identidade dos discentes.

Diferentes culturas constituem o ambiente escolar, sendo necessário que estudantes e docentes compreendam o mundo do qual fazem parte, mediante a uma visão intercultural que deve permear o currículo das escolas em regiões de fronteiras.

³ Pelo fato de o pai ser brasileiro e a mãe paraguaia, ou vice-versa (DALINGHAUS; PEREIRA; 2008, p. 871).

Para Miriam (2010, p. 75), a interculturalidade “implica em gerar diálogos, trocas, modos de perceber diferenciados, ampliação de repertórios pessoais e culturais, ciente de que há múltiplos aspectos a serem levados em conta”, buscando superar as barreiras decorrentes do contato entre diferentes sujeitos, de diferentes culturas em busca do respeito mútuo e do desenvolvimento da aprendizagem de forma significativa.

Compreender a interculturalidade presente no ambiente escolar é em alguma medida refletir sobre práticas sociais que levem o discente a respeitar e valorizar a cultura do outro e, simultaneamente, fortalecer sua própria identidade. Para tanto, as políticas linguísticas, o currículo e a cultura dos educandos devem estar articulados, na tentativa de propiciar aos estudantes a aprendizagem significativa de uma segunda Língua, levando em conta a sua língua e a do outro.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos a seguir, os pressupostos metodológicos especificamente no que se refere às peculiaridades da pesquisa bibliográfica em consonância com os objetivos propostos.

2.1 Caracterização da Pesquisa

A opção por este método de pesquisa deu-se em virtude da necessidade de levantar dados, informações e conhecimentos prévios sobre o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes paraguaios que falam o Guarani, no intuito de refletir sobre o contato entre línguas em região de fronteira. Inicialmente, a pesquisadora selecionou produções acadêmicas em Revistas Eletrônicas, Plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Unicamp e Google Acadêmico, mediante os descritores “A aprendizagem da Língua portuguesa por estudantes indígenas” e “Línguas em contato: Língua Portuguesa e Língua Guarani”. No decorrer da leitura das teses e dissertações encontradas a pesquisadora procedeu ao fichamento e arquivamento das informações, em consonância com os objetivos propostos.

Conforme destaca Amaral (2008, p. 01), a pesquisa bibliográfica nos permite “Fazer um histórico sobre o tema; Atualizar-se sobre o tema escolhido; encontrar respostas aos problemas formulados; levantar contradições sobre o tema; evitar repetição de trabalhos já realizados”. De modo geral, a pesquisadora selecionou um total de 20 trabalhos de natureza científica se debruçando pontualmente em oito destes, dada a estreita relação com os objetivos propostos.

A análise de dados foi efetuada mediante leitura detalhada nas elaborações pesquisadas, já publicadas e a descrição de resultados obtidos por pesquisadores em âmbito nacional. É imprescindível ressaltar que as plataformas escolhidas foram selecionadas devido à confiabilidade nos dados obtidos, visto que são plataformas reconhecidas nacionalmente por sua cientificidade. Dada a necessidade de organização metodológica, dividimos o presente trabalho em dois eixos temáticos, os quais emergiram a partir do levantamento de dados, a saber: línguas em contato e políticas linguísticas: aprendizagem da língua portuguesa por estudantes paraguaios; questões linguísticas e fonológicas: entre o português e o guarani; aspectos culturais que interferem na aprendizagem de uma segunda língua.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Nesse estudo bibliográfico foram destacadas algumas referências de pesquisas selecionadas para o *corpus* de análise bibliográfica e estruturadas em categorias conceituais nas quais destaco as mais proeminentes no contexto de línguas em contato, situadas na região fronteira Brasil-Paraguai.

3.1 Categoria 1 - Línguas em Contato e Políticas Linguísticas: Aprendizagem da Língua Portuguesa por Estudantes Paraguaios

A pluralidade cultural presente nas relações de vivência cotidiana na fronteira, segundo Nunes (2011, p. 208), também se expressa no âmbito da educação formal. No entanto, mesmo esta, sendo uma realidade específica, diferenciada do contexto nacional, de acordo com Fedatto (2005, p.495), a escola de fronteira não se diferencia das demais. Essa homogeneização da escola pode ser verificada, por exemplo, com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (2003) elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Entretanto, considero que, mesmo havendo um destaque por parte dos PCNs de levar em consideração a vivência dos alunos, a correlação dos conteúdos propostos que deveriam ser trabalhados de forma específica em cada realidade local, aos processos de avaliação nacional de aprendizagem e aos temas e ideias/conceitos a serem desenvolvidos em sala de aula a partir do estabelecido nos livros didáticos, os quais são avaliados e aprovados pelo próprio MEC, de certa maneira comprometem tal autenticação de abordagens. Uma vez que, além da língua, este aluno traz como bagagem, diversos fatores de sua culturalidade específica como suas identidades pessoais, tradicionais, familiares e culturais.

Assim, evidencia-se a aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes paraguaios, com destaque para as dificuldades e conflitos que envolvem este processo, levando em conta inferências do Guaraní na produção oral e na escrita em Língua Portuguesa, políticas linguísticas, bem como aspectos culturais que interferem na aprendizagem de uma segunda língua.

No que se refere às instituições escolares, Martins (2018, p. 36) diz que uma das inquirições encontradas aponta para uma série de questões políticas e sociais que interferem no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa por estudantes paraguaios, sobretudo pelo

fato de as escolas ainda se pautarem numa visão de falar apenas uma língua (a língua materna), apagando a diversidade linguística do contexto escolar.

Nessa perspectiva, Sella *et al* (2018, p. 3173), tece algumas considerações sobre a relação do português do Brasil com línguas de contato destacando que as atitudes presentes nos depoimentos revelam preconceito ou estigma com relação ao falar do outro em região de fronteira, mesmo com relação à variante padrão do português. Em contextos multilíngues, “as relações recebem influência de forças sociais que podem ser mensuradas nas posturas que favorecem um e outro grupo na tentativa de imprimir à fala uma identidade, dada a estreita relação entre língua e identidade”.

Nesse cenário, reflito sobre a questão de que a *atitude linguística* está relacionada à *identidade linguística* dos falantes. E que a língua não está desassociada de seu contexto social, ainda mais em sua premissa de aspecto formador da identidade de certo grupo étnico, pois é ela que representa as pontas que separam o ‘nós’ e os ‘outros’, tendo em vista que, a língua que falamos identifica nossa história, nossa cultura, nossa origem e o grupo social ao qual fazemos parte.

Knapp (2016, p. 09), ao fazer uma análise dos processos educativos escolarizados que permeiam o processo de ensino e aprendizagem de estudantes pertencentes às etnias Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, elabora em sua tese uma reflexão acerca da Educação Escolar Indígena no Estado, ressaltando a necessidade de repensar a educação bilíngue, diante de um contexto histórico marcado por decretos e legislações, em busca do reconhecimento em prol de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada.

O autor defende que pelo fato de desde a década de 1990 ter se ampliado significativamente a oferta da educação escolar para as comunidades indígenas, mas também como reflexo da mudança no pensamento sobre as sociedades indígenas, houve a percepção e a observação em se criar uma escola bilíngue, intercultural, diferenciada e específica que atendesse à demanda necessária e que suprisse a carência desse tipo de ensino específico.

Concordo quando Knapp (2016, p. 09) enfatiza o fator histórico das oportunidades educacionais direcionadas aos indígenas. Em virtude que ele mesmo conclui que a Educação Escolar Indígena no país foi pensada como um meio de manutenção das relações de poder no Brasil entre colonizador e colonizado, relegando aos indígenas projetos assistencialistas e de subalternização. Todavia, estamos em concordância também quando podemos comprovar que os indígenas que manifestaram interesse em formações pedagógicas mantiveram sua identidade operantes ao ressignificarem suas culturas em relação às demandas apresentadas pela sociedade.

Referindo-se a esse assunto Bhabha (1998, p. 20), argumenta que:

Esses "entre lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novas signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no alo de definir a própria ideia de sociedade.

Situados no *entre-lugar* (BHABHA, 1998, p. 20) conflituoso, entre sua cultura e a do outro, entre sua língua e a do outro, os indígenas ressignificaram suas práticas sociais estabelecendo, simultaneamente, estratégias de cooperação e contestação aos valores do branco, ora valorizando a Língua Portuguesa enquanto língua de prestígio, ora valorizando sua cultura, sua língua como meio de preservação de sua identidade.

Contudo, muitas vezes esta relação se estabelece de forma conflituosa, de negação e resistência ao outro, em que a fronteira demarca o lugar desconfortável a partir do qual o indivíduo fala, o *entre-lugar* (BHABHA, 1998, p. 20) conflituoso entre sua língua e a do outro, o mesmo e o diferente.

Há de se destacar, contudo, a necessidade de adequação e reflexão por parte da sociedade no que se refere à implantação do ensino bilíngue de fato nas instituições escolares, mediante a consolidação das políticas linguísticas voltadas à preservação da cultura e das línguas indígenas. Conforme destaca Silva (2017, p. 617), em sua pesquisa *A política linguística na região fronteira brasileira-guiana francesa: panorama e contradições*:

Atualmente, poucos são os estudos interessados em investigar as fronteiras norte do país, o que, conseqüentemente, torna essas regiões subapreciadas na literatura científica e carentes de políticas linguísticas que contemplem as particularidades e a complexidade linguísticas de seus respectivos contextos fronteiriços.

O que se observa nas regiões fronteiriças é a ausência de uma política linguística adequada ao contexto de fronteira, tendo em vista que as instituições escolares, em sua maioria, dão prioridade ao ensino de Língua Portuguesa em detrimento do Espanhol ou do Guarani.

Embora haja no ambiente escolar uma grande diversidade de línguas e culturas, não há um aproveitamento significativo deste contexto para a efetiva aprendizagem dos estudantes pela falta de uma política linguística adequada ao currículo em consonância com práticas que priorizem uma visão bilíngue da língua, tendo em vista as peculiaridades que envolvem as

regiões de fronteiras, sobretudo pela necessidade de manter as relações comerciais, sociais e culturais nestes espaços.

Dados analisados por Knapp (2016, p. 322) apontam para o ensino da Língua Portuguesa como uma necessidade dos estudantes indígenas, visto que eles também são “cidadãos brasileiros, então também devem saber a língua portuguesa” (KNAPP, 2016, p. 322). Segundo o autor, “é importante de se desenvolver bem nesses dois mundos e amar os dois mundos, não ver o mundo branco como inimigo e entender o mundo dos brancos também, mas ao mesmo tempo o próprio mundo e a própria cultura” (*Idem*). Neste sentido, esses elementos linguísticos corroboram para a construção de um imaginário social acerca da Língua Portuguesa enquanto língua de prestígio, reconhecida socialmente e necessária para inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Por outro lado, demarca as dificuldades e conflitos que emergem das relações de poder assimétricas entre a sociedade indígena e não indígena.

Neste sentido, Dalinghaus (2009, p. 46), em sua pesquisa *Alunos brasiguaios em escola de fronteira Brasil/Paraguai*, destaca que no contexto de fronteira pesquisado há uma exclusão linguística no que se refere ao Guarani visto que, entre o Guarani e o Espanhol, este último é considerado língua formal de escolarização, enquanto que o Guarani se restringe às situações familiares e informais.

Observa-se ainda, nos discursos dos estudantes, certo grau de autoritarismo por parte da professora, ao repreender o educando nos momentos em que ele enuncia em Guarani dentro da sala de aula. Destaca-se aí a necessidade de intervenção de uma política linguística que favoreça a aprendizagem dos estudantes inseridos em contextos de bilinguismo ou multilinguismo.

Carvalho & Bueno (2013, p. 134) reiteram as peculiaridades linguísticas presentes no ambiente escolar, as quais merecem atenção dos educadores mediante aplicação de metodologias que contemplem práticas voltadas ao bilinguismo visto que, no cotidiano escolar, pais e alunos utilizam a linguagem de forma espontânea, seja a Língua Portuguesa, o Espanhol ou o Guarani, demarcando uma enorme diversidade linguística presente no contexto em estudo.

Todavia, o português é considerado a língua majoritária e é usada oficialmente durante as aulas, enquanto a língua espanhola e guarani ficam restritas aos momentos de intervalos, quando os alunos não estão sendo monitorados. Normalmente, quando têm que falar com uma pessoa desconhecida em Espanhol ou Guarani, os alunos se sentem inseguros e acabam respondendo em português ao invés de usar suas línguas maternas.

Os dados obtidos durante a realização da pesquisa de Carvalho & Bueno (2013, p. 135) revelam que, ao utilizarem a Língua Portuguesa, muitos estudantes passam a rejeitar o Guarani, devido a esta ser considerada língua de menos prestígio social. Neste sentido, embora permeado pela interculturalidade, o ambiente escolar acaba restringindo-se à Língua Portuguesa, pois muitos estudantes afirmam ter vergonha de falar o Guarani. Nas palavras dos autores:

A falta de planejamento linguístico, que coloque o indivíduo fronteiriço em foco no processo de ensino aprendizagem faz com que os falantes que possuem uma segunda ou terceira língua passem a rejeitá-las, pois com as línguas minoritárias eles não visualizam formas de acesso à vida comercial ou profissional, restringindo o uso das línguas minoritárias apenas aos ambientes familiares, onde não sofrem preconceitos linguísticos.

Reitera-se, em consonância com os autores pesquisados, o fato de que várias escolas públicas do Brasil apresentam problemas decorrentes da falta de uma política linguística efetiva no ambiente escolar, que leve em consideração “a elaboração de um planejamento que contemple a diversidade sociolinguística e cultural, uma vez que os alunos são multilíngues na oralidade” (CARVALHO & BUENO, 2013, p. 141).

Predomina na língua escrita somente o Português, dificultando o processo de aprendizagem discente, tendo em vista que as interferências do Guarani na escrita da Língua Portuguesa ou mesmo na oralidade, na maioria das vezes, são desconsideradas pelos docentes e pelos sistemas de ensino.

Refletir sobre as interferências do Guarani sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa é em alguma medida considerar a diversidade que perpassa o ambiente escolar, estabelecendo entre docentes e discentes práticas sociais voltadas ao respeito mútuo e à valorização da cultura e da língua do outro.

3.2 Categoria 2 - Questões Linguísticas e Fonológicas: entre o Português e o Guarani

No decorrer da história, os povos indígenas passaram por muitas mudanças e adaptações em relação à sociedade de modo geral. Mudanças estas que interferiram, sobretudo, no aspecto linguístico, em que o ensino da Língua Portuguesa se apresentou, muitas vezes, como forma de dominação, acarretando a extinção de muitas línguas indígenas. Atualmente, conforme destaca Franchetto (2008, p. 32), em sua pesquisa *A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito*:

Há em curso no Brasil, e não começou ontem, mas está cada vez mais acirrada e violenta, uma verdadeira guerra dos alfabetos, cujos combatentes são pequenos exércitos de missionários, membros de órgãos governamentais e não-governamentais, linguistas, assessores. Em meio a essa guerra, os índios aliam-se ora a uns, ora a outros, avançando ou recuando, negociando.

Diante disso, não podemos negar que os estabelecimentos de ensino se constituíram, primeiramente, como uma ferramenta de assimilação e integração dos índios à sociedade. Atualmente, linguistas, Organizações Não Governamentais - ONGs e instituições de proteção aos fronteiriços têm contribuído no sentido de revitalizar, estudar e manter em uso a língua materna dos alunos de fronteira, sem descartar, contudo, o ensino de Língua Portuguesa.

Os autores Silva e Reis (2018, p. 04), ao investigarem os desafios do ensino de Língua Portuguesa na fronteira Brasil-Paraguai, apontam algumas peculiaridades resultantes deste processo no que se refere à leitura e à escrita, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em se tratando do Ensino Fundamental, as autoras destacam que durante a oralidade o sotaque se faz muito presente na fala dos estudantes no momento da leitura. Na escrita há a dificuldade na ortografia das palavras, considerando que os estudantes mantêm traços da língua materna como, por exemplo, “cuando” ao invés de “quando”, trocando o /q/ pelo /c/, outro exemplo é em relação ao uso correto do g ou j ao afirmarem se tratar da mesma letra.

Em relação aos estudantes do Ensino Médio, as autoras afirmam que na oralidade, o Guarani não está em suas falas em sala de aula, não fazem uso de sua língua materna com tanta frequência, a preocupação maior dos estudantes reside no processo de leitura, escrita, produção de textos em Língua Portuguesa com coesão e coerência. Dados da pesquisa ainda revelam que o Bilinguismo se faz presente em sala de aula, contudo, os docentes não estão preparados para lidar com essa situação.

Silva e Reis (2018, p. 05) destacam ainda o papel do professor mediante um cenário intercultural de fronteira, visto que o ensino de Língua Portuguesa requer do professor muita pesquisa e constante estudo, visando encontrar estratégias que mais se aproximem da realidade de seus alunos, sendo fundamental que o professor valorize a diversidade e a cultura em sala de aula, durante a execução de atividades voltadas à Língua Portuguesa.

Para Teis (2007, p. 130), o processo de ensino e aprendizagem passou a ser significativo na medida em que a professora deu ênfase na leitura e interpretação textual, associada a diferentes propósitos: identificar uma placa de trânsito, bilhetes, carta, música, notícias, reportagens, dentre outros.

Ademais, consideraram-se vivências e conhecimentos gramaticais da Língua Guarani como requisito para se ensinar a Língua Portuguesa, conforme sintetizado nas palavras da autora:

Tanto a oralidade quanto a escrita da Língua Portuguesa pelos alunos indígenas, durante as aulas de reforço, revelaram algumas características gramaticais da língua indígena [...] a língua Guarani caracteriza-se pela ausência da flexão de número e gênero dos substantivos [...] às vezes, acrescenta-se o sufixo etá para indicar o plural como, por exemplo: pira (peixe)/piraeta ou pira heta (peixes). Para distinguir os gêneros, acrescenta-se mena para macho e kuña para fêmea [...] também os adjetivos não se flexionam e vêm sempre após o substantivo, juntando-se a ele. Por exemplo: ita (pedra)+pytã (vermelha)= itápytã (pedra vermelha) (TEIS, p. 131-132).

As especificidades acima se refletiam na escrita de textos em Língua Portuguesa dos estudantes de fronteira: A professora Ana é bonita. / A passarinho está no ninho/ “macaca bonito. No que se referem às construções verbais, Teis (2007, p. 133) pontua que:

A língua desse grupo caracteriza-se também pela ausência de flexão verbal. [...] os verbos não possuem terminações especiais para indicar pessoa, tempo ou modo ou para o infinitivo. Na escrita do Português pelos alunos Avá-Guarani são frequentes as formulações de orações nas quais os verbos surgem no infinitivo, ou em outras formas inadequadas do ponto de vista gramatical do português. Tais inadequações relacionavam-se com o modo ou tempo verbais, ou com as pessoas do verbo, o que revela a dificuldade de lidar com as desinências verbais da língua portuguesa.

A partir das observações, a autora também constatou “a ausência de palavras correspondentes a artigos e preposições na língua fronteiriça” (TEIS, 2007, p. 133-134). Mediante análise dos dados obtidos, a pesquisadora observou que durante a execução das atividades, a língua Guarani tinha funções diferentes, dentre elas, “informar ao colega a realização da atividade e seus acertos, explicar ao colega a realização de um exercício, esclarecer dúvidas, combinar um pedido para a professora, dentre outros.

Diferentemente das outras pesquisas citadas acima, os dados analisados por Teis (2007, p. 162) revelam que não é do interesse dos Avá-Guarani que a aprendizagem da Língua Portuguesa “limpe” as marcas existentes em seu português de fronteira. Pelo contrário, “os Avá-Guarani esperam que a escola lhes permita serem capazes de entender, em muitos contextos comunicativos, o discurso oral e escrito produzido pelo branco no uso de sua variedade ‘cultura’, sem que isso implique na suplantação de sua variedade linguística do português” (*Idem*). Há a necessidade de que estas línguas sejam trabalhadas por meio de um ensino bilíngue em que uma língua não exclua a outra, mas ambas constituam a identidade destes sujeitos.

3.3 Categoria 3 - Preservação das Línguas de Fronteiras: entre o passado e o presente

Muitos trabalhos acadêmicos evidenciam a necessidade de se contemplar políticas linguísticas voltadas à preservação das línguas fronteiriças, considerando, sobretudo, a transmissão dessas línguas às novas gerações.

Tavares (2016, p. 371), em sua pesquisa *Línguas Indígenas & Língua Portuguesa em Comunidades Indígenas do Sul de Mato Grosso do Sul*, destacou a importância da preservação e transmissão das línguas indígenas para as novas gerações, bem como o nível de importância que eles atribuem ao aprendizado e ao uso da língua portuguesa. Nas palavras da autora:

Os indígenas dos dois subgrupos étnicos, Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva, geralmente são bastante enfáticos quando falam de preservação e transmissão das línguas indígenas, afirmando que consideram essencial preservar e ensinar a língua materna. (TAVARES, 2016, p. 373)

No que se refere à Língua Materna Guarani, os resultados obtidos pela autora revelam que os grupos étnicos pesquisados, respectivamente, Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva afirmam ter preocupação em preservar e ensinar a língua materna. Há a associação da Língua materna com outros valores culturais tais como a reza, a dança e os cânticos. Para outros informantes, a língua materna é constitutiva da identidade do sujeito, seus valores e representações no mundo.

Quanto à aprendizagem da Língua Portuguesa, os sujeitos de pesquisa destacam a necessidade de aprenderem uma segunda Língua, tendo em vista suas vivências fora da aldeia, considerando práticas cotidianas comuns como por exemplo, pegar ônibus, comprar mercadorias no comércio e até mesmo trabalhar na cidade.

Tavares (2016, p. 373) observa em sua pesquisa que há o reconhecimento por parte dos indígenas em relação à Língua Portuguesa enquanto língua de prestígio, reconhecida socialmente, sendo fundamental para comunicação com outras pessoas, em outros lugares, até mesmo via recursos digitais. A visão positiva dos sujeitos em relação à Língua Portuguesa oculta a desvalorização da Língua Materna dos estudantes, inclusive, pelos próprios pais, os quais se posicionam contrários à inserção do Guarani em Escolas Indígenas. Segundo dados investigados pela autora “alguns pais estariam, inclusive, deixando de falar em língua indígena com suas crianças para que o aprendizado da língua portuguesa fosse mais eficiente e rápido” (TAVARES, 2016, p. 383).

De forma complementar aos resultados obtidos por Tavares (2016), Silva & Reis (2018, p. 08), em sua pesquisa *Desafios do ensino de Língua Portuguesa na fronteira – Brasil/Paraguai*, destacam que:

Os entrevistados afirmaram na pesquisa que preferem estudar no Brasil, porque “aqui é mais organizado o ensino”, “ensinam melhor” (fala dos alunos). Eles mostraram claramente que estudar no Brasil foi decisão dos pais, um dos alunos respondeu “porque minha mãe é brasileira e ela quis me meter aqui no Brasil” (TAVARES, 2016, p. 08).

Ainda, de acordo com Silva e Reis (2018, p. 08), há a necessidade de se levar em conta no cenário escolar a interculturalidade, de modo a valorizar as diferentes línguas e culturas que permeiam o cotidiano escolar.

Dalinghaus (2009, p. 46) destaca os desafios enfrentados por docentes e discentes em instituição escolar brasileira, os quais se situam entre línguas e culturas diferentes.

Outro aspecto importante citado na pesquisa diz respeito à preferência dos estudantes paraguaios em estudar nas escolas brasileiras, pontuando que nas escolas do Paraguai não há merenda, nem uniforme e materiais escolares gratuitos, ao contrário do Brasil. Associam-se a tais fatores a crítica em relação aos docentes que lecionam nas escolas paraguaias, tendo em vista que os estudantes afirmam que estes deixam a atividade no quadro, não explicam e saem para conversar com outros professores.

Dalinghaus (2009, p. 47) acrescenta que além dos problemas materiais, os estudantes destacam a preferência em aprender a Língua Portuguesa devido ao interesse comercial em região de fronteira. Há uma construção imaginária negativa do castelhano, considerada “língua de índio, de bugre”. Entretanto, fica evidente nos discursos dos estudantes que há uma exclusão mais acentuada no que se refere ao Guarani, visto que muitos estudantes afirmam não ter vergonha de falar o Espanhol, somente o Guarani.

De modo geral, a autora destaca que a necessidade de políticas linguísticas adequadas dificulta o processo de ensino de línguas em espaços fronteiriços, os quais demarcam a Língua Portuguesa como língua oficial, excluindo as demais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-me na convicção de que a nossa Língua Portuguesa, quando além das fronteiras brasileiras é uma língua significativa acentua-se o contexto social, construído em torno das línguas vizinhas, este trabalho me conduz a afirmar que cada vez mais estudos sobre língua e fronteira estão sendo direcionados com o objetivo de obter bons resultados, melhoramentos e contribuições favoráveis às práticas linguísticas da fronteira.

Sendo assim, este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado através de leituras e referenciais bibliográficos que permitiram investigar a influência do Guarani falado por indígenas em região de fronteira sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda Língua.

De modo geral, os trabalhos analisados apontam para conflitos e problemáticas resultantes do processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa para estudantes indígenas, mais precisamente decorrentes do contato entre línguas e culturas: interferências sintáticas e fonológicas do Guarani na aprendizagem da Língua Portuguesa, interferências de sotaque durante a leitura de textos; rejeição por parte dos estudantes com relação ao Guarani; identificação da Língua Portuguesa enquanto idioma de prestígio, necessária para a convivência do índio com o branco; visão de única língua voltada à instituição escolar em detrimento da diversidade linguística e cultural, dentre outros.

Dificuldades estas que interferem diretamente na aprendizagem da Língua Portuguesa restringindo o ensino à mera decodificação de regras gramaticais e atividades dissociadas do cotidiano dos estudantes.

Embora haja no ambiente escolar uma grande diversidade de línguas e culturas, não há um aproveitamento significativo deste contexto para a efetiva aprendizagem dos estudantes principalmente pela falta de uma política linguística adequada ao currículo em consonância com práticas que priorizem uma visão bilíngue da língua, tendo em vista, as peculiaridades que envolvem as regiões de fronteiras, sobretudo pela necessidade de manter as relações comerciais, sociais e culturais nestes espaços.

Por outro lado, foi possível observar algumas pesquisas que trouxeram contribuições positivas em relação ao processo de aprendizagem da Língua Portuguesa pelos estudantes que tem o Guarani como língua materna, ainda mais quando o professor adota uma postura reflexiva e crítica em sua aula, direcionando atividades que estejam associadas ao cotidiano

dos discentes em consonância com uma visão multicultural da língua, sendo instigada dentro da instituição.

Considero a elaboração deste TCC algo muito significativo para minha formação e mesmo após todos os pormenores e/ou fatores secundários que me fizeram esperar um pouco mais para defendê-lo, reitero o enriquecimento que este estudo me proporcionou.

5. REFERÊNCIAS

- AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 10/09/2019.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.
- BARROS, K.L. **O olhar do paraguaio comerciante da fronteira internacional de Bela Vista/Brasil e Bella Vista do Norte/Paraguai sobre Língua: um estudo etnográfico**. Jardim: UEMS, 2015.
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- CALVET, L.J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 42, 227-228 e 230.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1982. p. 32-33, 189-191 e 323-341.
- CARVALHO, F.A. **Fronteiras e zonas de contato: perspectivas teóricas para o estudo dos grupos étnicos**. Maringá: UEM, 2006.
- CARVALHO, M.P.; BUENO, E.S. **As línguas em contato numa escola pública de Bela Vista-MS: Fronteira Brasil – Paraguai**. Campo Grande: Sociodialetto, 2013.
- DALINGHAUS, I.V; PEREIRA, M.C. **Uma reflexão sobre o ensino do Português em regiões fronteiriças: uma prática que pode elevar a exclusão**. 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2009.
- FERNANDES, E.A.A. **Experiências linguísticas: como se faz a educação bilíngue com implementação da metodologia do projeto escola intercultural bilíngue de fronteira na fronteira entre Brasil e Paraguai**. 2013. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.
- FRANCHETO, Bruna. **A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito**. Revista Mana 14, 2008.
- GARCIA, Afrânio da Silva Garcia. **O português do Brasil questões de Substrato, Superstrato e Adstrato**. SOLETRAS, Ano II, nº 04. São Gonçalo: UERJ, jul./dez. 2002. P. 70-80.

KNAPP, C.; RAMOS, A.D. **Para uma interculturalidade efetiva: um diálogo a partir dos estudos descoloniais**. In: Losandro Antônio Tedeschi. (Org.). *Leituras de Gênero e Interculturalidade*. Dourados: UFGD, 2016, p. 523-543.

KRASHEN, S.D. **Principles and Practice in Second Language Acquisition**. Oxford, Pergamon, 1982.

MARTINS, R.P. **O olhar do professor de língua portuguesa de uma escola da fronteira internacional de Bela Vista-Brasil e Bella Vista Norte-Paraguai sobre o aluno brasileiro: um estudo de caso etnográfico**. Jardim, MS: UEMS, 2018.

MIRIAM, M. C. **Arte no caderno do aluno para escolas públicas do estado de São Paulo: fendas de acesso para arte e cultura?** 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios” – 20 a 25/09/2010.

MELMAN, C. **Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País**. São Paulo: Editora Escuta, 1992.

MOTA, M. B. **Aquisição de Segunda Língua**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

OLIVEIRA, G.M; MORELLO, R. A fronteira como recurso: **O bilinguismo português – espanhol e o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do Mercosul**. Revista Ibero-americana de Educação, 2019.

PAROT, F. **Algumas notas sobre as teorias da aquisição da linguagem: Piaget, Chomsky, Skinner**. *Análise Psicológica*, 1978.

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais – MEC/2003**

RAJAGOPALAN, K. **Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a Linguística que nos deixou na mão**. In: LOPES, F.S.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). pp. 11 – 38. 2004a

SELLA, A.F.; AGUILERA, V.A.; CORBARI, C.C. **Reflexões sobre atitudes linguísticas em espaço de línguas em contato: o contexto de fronteira**. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 3170-3179, out. 2018.

SILVA, A.N.; REIS, S.P. dos. **Desafios do ensino de Língua Portuguesa na fronteira – Brasil/Paraguai**. *Revista Mundo Livre*, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 3-12, ago./dez 2017.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras**. *Revista Ciência e Cultura* Vol.57 no.2. São Paulo: 2006.

_____. **Línguas de Fronteiras e Políticas de Línguas: Uma História das Ideias Linguísticas**. Campinas, SP. 2006. Tese de Doutorado.

TAVARES, Me. **Línguas Indígenas e Língua Portuguesa em Comunidades Indígenas do Sul de Mato Grosso do Sul**. *SIGNUM: Estud. Ling.* Londrina, n. 19/2, p. 368-390, dez. 2016.

TEIS, M. A. **Escrita e letramento com alunos Avá-Guarani: aulas de reforço**. 175f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel: Unioeste, 2007.

TORQUATO, C.P. **Políticas linguísticas: linguagem e interação social**. Revista Eletrônica Escrita. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16370/16370>. PDF. Acesso em: 10/06/2019>

VIEIRA, J.B. **O contato de professores de LP com alunos que têm o guarani/espanhol como língua materna de uma escola municipal em Bela Vista/MS**. Jardim: UEMS, 2014.

ZIMMER, M.; FINGER, I.; **Do bilinguismo ao multilinguismo: intersecções entre a psicolinguística e a neurolinguística**. ReVEL. Vol. 6, n. 11, agosto de 2008.